

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

WENDEL DE BRITO SILVA

**SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS: UMA ABORDAGEM
INTEGRADA NAS AULAS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA PARA ESTUDANTES
DO 6º AO 9º ANO**

UBERLÂNDIA
2024

WENDEL DE BRITO SILVA

**SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS: UMA ABORDAGEM
INTEGRADA NAS AULAS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA PARA ESTUDANTES
DO 6º AO 9º ANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Marili Peres Junqueira

**UBERLÂNDIA
2024**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

S586 2024	Silva, Wendel de Brito, 1987- SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS: UMA ABORDAGEM INTEGRADA NAS AULAS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA PARA ESTUDANTES DO 6º AO 9º ANO [recurso eletrônico] / Wendel de Brito Silva. - 2024. Orientadora: Marili Peres Junqueira. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Uberlândia, Graduação em Ciências Sociais. Modo de acesso: Internet. Inclui bibliografia. 1. Sociologia. I. Junqueira, Marili Peres, 1973-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Ciências Sociais. III. Título. CDU: 316
--------------	--

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

WENDEL DE BRITO SILVA

**SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS HUMANAS: UMA ABORDAGEM
INTEGRADA NAS AULAS DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA PARA ESTUDANTES
DO 6º AO 9º ANO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de Uberlândia como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciado e Bacharel em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Marili Peres Junqueira

Uberlândia, 05 de dezembro de 2024

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Marili Peres Junqueira – Orientadora (Presidenta) - UFU

Profa. Dra. Gabriela Gonçalves Junqueira – UFU

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza – UFU

Dedico esse trabalho ao meu pai Valdir de Brito Magalhães (*in memoriam*) que sempre acreditou que estudar mudaria a minha história, à minha esposa Jullya que sempre apoiou esse sonho e à minha Laura, com os seus olhos de Jabuticaba.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa, Jullya, por acreditar nesse sonho e me apoiar incondicionalmente ao longo de todo o curso. A minha filha Laura que sempre me faz sorrir, minha gratidão a Zina, o Pereira e Alex, que sempre confiaram. De forma especial, agradeço à minha orientadora, Marili, pela paciência e compreensão.

Vamos, não chores
A infância está perdida
Mas a vida não se perdeu
(Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o histórico da Sociologia no Brasil, com ênfase na implementação do ensino dessa disciplina nas escolas. Além disso, investiga a interdisciplinaridade no ensino de Sociologia, examinando de que forma conceitos sociológicos são abordados nas aulas de História e Geografia no Ensino Fundamental – anos finais. Para isso, são analisadas as práticas pedagógicas de professores dessas disciplinas, considerando sua formação acadêmica e o nível de conhecimento que possuem sobre temáticas sociológicas.

O estudo busca compreender como os docentes utilizam os conceitos da Sociologia para enriquecer suas aulas e proporcionar aos estudantes uma visão mais ampla e crítica sobre os temas abordados. A interdisciplinaridade é ressaltada como uma estratégia essencial para integrar os saberes sociológicos às demais áreas das Ciências Humanas, promovendo um ensino mais contextualizado e significativo.

Palavras-chave: Histórico do Ensino de Sociologia; Ensino Fundamental e Médio; Interdisciplinariedade

ABSTRACT

The present study aims to analyze the history of Sociology in Brazil, with an emphasis on the implementation of its teaching in schools. Additionally, it investigates interdisciplinarity in Sociology education, examining how sociological concepts are addressed in History and Geography classes in the final years of Elementary School. To this end, the pedagogical practices of teachers in these disciplines are analyzed, considering their academic background and the level of knowledge they possess about sociological themes.

The study seeks to understand how teachers use Sociology concepts to enrich their classes and provide students with a broader and more critical perspective on the topics covered. Interdisciplinarity is highlighted as an essential strategy for integrating sociological knowledge with other areas of the Humanities, promoting a more contextualized and meaningful education.

Keywords: History of Sociology Teaching; Elementary and Secondary Education; Interdisciplinarity.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CAMINHOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS	12
3. A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA ATÉ A SALA DE AULA: AVANÇOS E RETROCESSOS	16
4. INTERDISCIPLINARIDADE NAS CIÊNCIAS HUMANAS	18
6. INTERDISCIPLINARIDADE: A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS FINAIS	23
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS PRÁTICAS DOCENTES E SOCIOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM MINAS GERAIS	27
8. REFERÊNCIAS	29

1. INTRODUÇÃO

O ensino de Sociologia no Brasil, ao longo de sua história, enfrentou diversos desafios em diferentes períodos, o que nos leva a investigar essa trajetória e discutir a relevância dessa disciplina para a educação brasileira. Em 1890, a Sociologia foi oficialmente incorporada ao sistema educacional brasileiro, e sua obrigatoriedade no Ensino Médio foi estabelecida apenas em 2008 (MACHADO, 1987).

Historicamente, a disciplina de Sociologia na Educação Básica enfrentou inúmeros desafios até se tornar obrigatória, alternando-se entre inserções e exclusões dos currículos. Desde o seu surgimento no Brasil, houve um processo marcado por questões burocráticas e estruturais (MACHADO, 1987).

Em 1882, o deputado Rui Barbosa, em seus projetos de lei para a reforma do ensino, propôs as seguintes disciplinas: “Elementos de Sociologia e Direito Constitucional”, destinadas à escola secundária; “Instrução Moral e Cívica” e “Sociologia”, abrangendo noções fundamentais de direito pátrio e economia política, voltadas para as escolas normais; e “Sociologia”, para as faculdades de Direito. Contudo, os pareceres e projetos não detalhavam os objetivos do ensino de Sociologia na escola secundária (MACHADO, 1987).

Como o sistema educacional brasileiro ainda carecia, nessa época, de uma estrutura sólida que sustentasse efetivamente a implantação da disciplina, esse projeto não se concretizou. Assim, a proposta de Rui Barbosa não prosperou, e a Sociologia permaneceu adormecida em meio à burocracia (MACHADO, 1987).

A presente pesquisa busca compreender como a Sociologia é abordada nas aulas de Ciências Humanas em uma escola de Educação Básica da Rede Estadual de Minas Gerais, localizada na cidade de Uberlândia, e de que maneira os estudantes do 6º ao 9º ano têm acesso a esse conteúdo, que não é obrigatório no currículo.

2. CAMINHOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DE SOCIOLOGIA: DESAFIOS

A implantação do ensino de Sociologia na educação brasileira é marcada por um processo constante de lutas, debates e resistências. Tal fato pode ser observado desde o final do século XIX, quando a prática do ensino de Sociologia é iniciada. Contudo, há uma luta constante para que esse ensino de fato alcançasse a sua autonomia, por isso é preciso inferir que a busca por essa autonomia, neste momento, está relacionada à estrutura do ensino da época, na qual podemos afirmar que cada unidade de ensino seguia as suas convicções. Por meio da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996 (LDB-9394/1996) e a aprovação de Parâmetros de Diretrizes da Educação Básica isso foi mudado.

Desde o final do século dezenove, pratica-se o ensino das Ciências Sociais no Brasil. Se incluirmos nesse campo a Antropologia, a Ciência Política, a Economia, o Direito, a História, a Geografia, a Psicologia, a Estatística e a Sociologia, observaremos que há livros, manuais didáticos, artigos e documentos que se constituem em fontes secundárias sobre como ocorreu e como tem ocorrido o ensino dessas disciplinas. Ao longo desse tempo todo, quase mais de um século, o processo de institucionalização contou com lutas por autonomia das disciplinas mencionadas acima, que se estenderam até os dias de hoje (Silva, 2010, p. 16).

Ao analisarmos a origem da institucionalização da Ciências Sociais/Sociologia no Brasil, podemos citar o período de 1925 a 1942, quando o seu ensino fazia parte do currículo da antiga escola secundária. Neste período, identificamos com maior clareza as evidências da institucionalização, autonomia e sistematização da Sociologia.

É imprescindível ressaltar que até no ano de 1993 não é possível encontrar uma produção acadêmica oficial acerca do Ensino de Sociologia, que de acordo com Meucci (2000 *apud* Silva, 2010), trata-se de um período chamado pré-acadêmico, logo o ensino de Sociologia foi concebido por professores autodidatas. Ainda em conformidade com a autora, a modalidade de ensino realizada exclusivamente nos cursos Normal, deixava de fora a educação secundária. Essa forma de ensino resultou na criação de alguns manuais de Sociologia, visto que os que não eram produzidos no Brasil, eram traduzidos da língua francesa e os que eram produzidos no Brasil foram elaborados por estudiosos que se dedicaram à Sociologia (Meucci, 2000 *apud* Silva, 2010)

O recorte da inserção da Sociologia nas escolas secundárias é amplo, por isso a intenção aqui é mostrar os caminhos que levaram a implantação da sua obrigatoriedade no Ensino Médio. Segundo Silva (2010), ao longo desse processo houve cronologias diferentes, sendo uma analisada como a história das Ciências Sociais/Sociologia e a outra por meio do Ensino de

Sociologia nas escolas secundaristas; com isso, resultam em conceitos diferentes que, ao longo do tempo, se cruzaram em um processo de institucionalização.

Conforme a Sociologia ganha espaço nas Escolas Normais e Secundaristas, a sua institucionalização começa a ganhar forma e esse processo impulsiona a necessidade de criação de universidades e, conseqüentemente, de livros didáticos e manuais de Sociologia

Muitos pensadores autodidatas nas Ciências Sociais, formados em Direito, Medicina, Engenharia, entre outras, especializaram-se em Sociologia e exerceram o ensino nas novas cátedras criadas nas Escolas Normais e Faculdades de Direito. Gilberto Freyre em Recife, Fernando de Azevedo em São Paulo, Delgado Carvalho no DF, Artur Ramos no Rio de Janeiro; esses pensadores lançaram-se em pesquisas e em esforços de sistematização da nova ciência (Silva, 2010, p. 20-21).

Já na segunda fase do ensino é possível afirmar que medidas adotadas até o ano de 1940 contribuíram ainda mais para que a Sociologia ficasse cada vez mais divulgada e, conseqüentemente, institucionalizada. A linha cronológica mostra que a Sociologia passa a ser solicitada para o ingresso em universidades, o ensino torna-se obrigatório em cursos complementares, além da criação de Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo em 1934.

Durante a atuação do Ministro da Educação, Gustavo Capanema em 1942, o sistema educacional brasileiro tem uma mudança substancial na qual é retirada a obrigatoriedade da Sociologia nos Ensinos Secundários, mantendo-o apenas no Curso Normal.

A compreensão da volta da obrigatoriedade do Ensino de Sociologia nas escolas de Educação Básica brasileira não está inserida em um movimento de característica nacional. A aprovação da **lei Nº11.684, de 2 de junho de 2008**, está condicionada a uma luta fragmentada, visto que há divergências ideológicas entre os seus defensores, os quais: os agentes políticos – esses em minoria intelectuais e instituições políticas –, que enxergavam no ensino de Sociologia um movimento de redemocratização social.

a aprovação da Lei 11.684 não se caracterizou pela magnitude de um movimento nacional organizado, capaz de arregimentar representantes de todos os estados. Foram pequenos grupos de políticos, intelectuais e entidades científicas, muitas vezes, divergentes em seus propósitos, que encabeçaram ações de diferentes naturezas, algumas de cunho mais acadêmico, outras políticas e ideológicas, impulsionados pela certeza de que a volta da disciplina fazia parte do processo de redemocratização da sociedade brasileira (Guimarães, 2012, p. 82).

O ensino de Sociologia estava inserido em uma agenda democrática, porém era preciso resgatar a sua cientificidade no âmbito da Educação Básica, sendo que alguns temas estavam

esquecidos, era preciso trazê-los de volta, e outros deveriam receber um tratamento mais acadêmico. Dentre as ações para isso, ressalta-se a escrita de textos para dar mais visibilidade da disciplina em âmbito nacional.

Acadêmicos ilustres, como Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Renato Ortiz, Maria de Lourdes Covre, Lúcio Kowarick, Peter e Brigitte Berger e Nicos Poulantzas, entre outros, participaram da publicação. Na apresentação, as organizadoras, Ângela Maria Martins, Aparecida Neri de Souza e Lenice Gusman, explicaram que “o professor deveria ter uma visão totalizante do trabalho a ser desenvolvido com a disciplina” (Brasil, 1986 *apud* Guimarães, 2012, p. 82).

Tal movimento contribuiu para a inclusão da disciplina escolar de Sociologia, porém, os autores buscavam interpretações acerca dos problemas sociais que poderão ser abordados nas aulas.

A seleção dos textos, ainda que originalmente nenhum deles tivesse sido escrito com o intento de subsidiar o trabalho de docentes da escola média, estabelece contornos nítidos com análises clássicas do pensamento social contemporâneo, na intenção de demonstrar, objetivamente, a contribuição da Sociologia para a explicação e a crítica dos problemas sociais (Guimarães, 2012, p. 82).

Não é possível afirmar qual foi a verdadeira contribuição desses textos para a elaboração dos conteúdos curriculares de Sociologia, porém, foi por meio das propostas curriculares inseridas nas salas de aulas das escolas do estado de São Paulo que se transformaram em referência para os demais estados quando refere-se aos currículos de Sociologia da Educação Básica (Guimarães, 2012, p. 82-83).

Segundo Guimarães (2012, p. 83), analisando as regionalidades verifica-se que o estado de Minas Gerais teve um papel fundamental para a inserção da obrigatoriedade do ensino de Sociologia, após a aprovação da constituição do estado, em 21 de setembro de 1989, por meio do Art. 195, o qual estabeleceu e garantiu o ensino de Sociologia e Filosofia nas escolas públicas de segundo grau.

Esse movimento buscou ir além da simples inserção das disciplinas no currículo, para isso a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) organizou diversos encontros com professores de Filosofia e de Sociologia com o objetivo de aproximar tais professores da Educação Básica como os debates que eram tratados dentro das universidades (Guimarães, 2012).

O ensino de Filosofia e Sociologia era fundamental para um projeto maior de sociedade, situado muito além do próprio espaço curricular reivindicado por

essas duas disciplinas, que remetia à possibilidade de se trabalhar objetivamente com o despertar de uma prática cidadã nas salas de aulas do segundo grau (Guimarães, 2012, p. 83).

Para o autor, a Sociologia como disciplina era vista como a possibilidade de despertar nos estudantes a experiência cidadã. De maneira que os estudantes dessas duas disciplinas, potencialmente, acessariam a experiência de expansão da criticidade e reflexão sobre a realidade de suas vivências.

3. A TRAJETÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA ATÉ A SALA DE AULA: AVANÇOS E RETROCESSOS

O caminho para que a Sociologia chegasse até a sala de aula foi longo, mesmo que o texto constitucional desse respaldo legal, isso não foi uma tarefa fácil. Em Juiz de Fora, Minas Gerais, houve um projeto de lei municipal que foi instituída a Sociologia na grade do Ensino Fundamental. Dessa forma,

O texto constitucional, embora tímido, respaldou uma série de ações no estado, que contribuíram para a obrigatoriedade das disciplinas nesse nível de ensino. Uma dessas ações foi o projeto de Lei 10.2008, aprovado pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, que tornou a “disciplina de Sociologia como componente obrigatório da Grade Curricular das Unidades de Ensino Fundamental” (Guimarães, 2012, p. 83).

Em 1996, foi promulgada a Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Por meio dela, houve a modificação na nomenclatura de Segundo Grau para Ensino Médio. A organização efetiva da disciplina de Sociologia ficou a cargo dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio – PCN, que no final da década de 1990, incluíram os “conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política” (Guimarães, 2012, p. 83-84).

Todavia, houve uma contradição com os PCN provocada pela própria a LDB de 1996 que, ao citar a Sociologia no seu artigo 36, estabeleceu a Filosofia e a Sociologia como conhecimentos a serem adquiridos e não como disciplinas.

A publicação do MEC, ao expor sobre o processo de trabalho que deu origem ao PCN, esclarecia que a proposta de reforma curricular do Ensino Médio, propunha reorganizar o currículo “em áreas de conhecimentos, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento dos conteúdos, numa perspectiva de interdisciplinaridade e contextualização. Porém, já na apresentação geral dessa área, citava História, Geografia, Sociologia e Filosofia como “habitualmente formalizadas em disciplinas escolares” e fazia referência a “Antropologia, Política, Direito, Economia e Psicologia” como “conhecimentos fundamentais para o Ensino Médio”. Nessa análise, situava, como disciplina, a Sociologia, ao lado da História. Explicava, ainda, que o objetivo das Ciências Sociais no Ensino Médio era “introduzir o aluno nas principais questões metodológicas das disciplinas Sociologia, Antropologia e Política” (Brasil, 1999 *apud* Guimarães, 2012, p. 84).

Para Guimarães (2012, p. 84), essa contradição dificultaria ainda mais a forma que os professores deveriam trabalhar a disciplina em sala de aula, porém essas dificuldades não se resumiam apenas neste conteúdo. Diante desse fato, em 2004 o Ministério de Educação realizou seminários regionais cujos resultados deram origem às Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio (OCN) que objetivavam orientar as metodologias para a disciplina escolar

lecionada no Ensino Médio. Tais discussões sanaram as contradições que [havia](#) entre a LDB e os PCNs, e, assim, a Sociologia passa a vigorar no fluxo curricular das disciplinas, tendo pela primeira vez capítulos próprios dentro das Ciências humanas e suas tecnologias.

Entretanto, surpreendentemente, durante o mandato do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, disciplinas como Sociologia e Filosofia foram excluídas do currículo do Ensino Médio. Esse acontecimento causou um sentimento de surpresa e descontentamento, especialmente considerando que o próprio ex-presidente é um renomado sociólogo brasileiro.

Em 2008, houve a implantação da Sociologia em todas as etapas do Ensino Médio, agora de forma obrigatória, sendo assim, a partir do dia 02 de junho do referido ano o seu ensino passa a vigorar imediatamente por meio da legislação imprimida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

§ 2º As propostas pedagógicas de escolas que adotarem organização curricular flexível, não estruturada por disciplinas, deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado, visando ao domínio de conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

São acrescentados ao artigo 10 da Resolução CNE/CEB nº 3/98, os § 3º e 4º, com a seguinte redação:

§ 3º No caso de escolas que adotarem, no todo ou em parte, organização curricular estruturada por disciplinas, deverão ser incluídas as de Filosofia e Sociologia. (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2006).

Em 2017, com a reforma do Ensino Médio intermédio da lei 13.415/2017 e a inserção dos itinerários formativos, a Sociologia, mais uma vez, foi retirada do currículo das disciplinas obrigatórias, mesmo que o seu registro na Base Nacional Curricular Comum (BNCC) indicar a sua obrigatoriedade, ela será ofertada apenas para aqueles que escolherem os itinerários das Ciências Humanas.

4. INTERDISCIPLINARIDADE NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Logo verificamos que a BNCC engloba as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas buscando ampliar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes até o 9º ano e isso nos leva a analisar quais competências específicas da Sociologia esses estudantes já tiveram contato no Ensino Fundamental.

Para isso, é importante definir quais são essas habilidades¹ e se elas têm aproximações com as das disciplinas obrigatórias do Ensino Fundamental em matérias como História e Geografia.

No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra no processo de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Tais relações são pautadas pelas noções de indivíduo e de sociedade, categorias tributárias da noção de *philia*, amizade, cooperação, de um conhecimento de si mesmo e do Outro com vistas a um saber agir conjunto e ético. Além disso, ao explorar variadas problemáticas próprias de Geografia e de História, prevê que os estudantes explorem diversos conhecimentos próprios das Ciências Humanas: noções de temporalidade, espacialidade e diversidade (de gênero, religião, tradições étnicas etc.); conhecimentos sobre os modos de organizar a sociedade e sobre as relações de produção, trabalho e de poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo (Brasil, 2018, p. 547).

Desse modo, ao cursar o Ensino Médio espera-se que esse estudante passe por um processo de aprofundamento destas questões visto que:

a ampliação e o aprofundamento dessas questões são possíveis porque, na passagem do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, ocorre não somente uma ampliação significativa na capacidade cognitiva dos jovens, como também de seu repertório conceitual e de sua capacidade de articular informações e conhecimentos (Brasil, 2018, p.547).

Segundo a BNCC, são seis as competências específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio são elas:

1. Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles.
2. Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder.
3. Contextualizar, analisar e avaliar criticamente as relações das sociedades com a natureza e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de soluções que respeitem e promovam a consciência e a ética

¹ “As habilidades expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares. Para tanto, elas são descritas de acordo com uma determinada estrutura” (BNCC, 2017, p.29).

socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global.

4. Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.

5. Reconhecer e combater as diversas formas de desigualdade e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.

6. Participar, pessoal e coletivamente, do debate público de forma consciente e qualificada, respeitando diferentes posições, com vistas a possibilitar escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC, 2017, p.557).

Sobre essas habilidades, é importante ressaltar que quando envolvidas e direcionadas para melhor aproveitamento do currículo, o estudante tem a oportunidade de melhorar o seu aprendizado, senso crítico e direcionador de reflexões sobre a sua realidade. Dessa forma, potencialmente, será um cidadão que se preocupará com o que assiste, lê, expõe e não se deixará influenciar facilmente por ideias e conceitos equivocados em seu meio e no mundo.

5. INTERSECÇÕES ENTRE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA

Ao comparar as competências de História e Geografia nos currículos do 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, buscamos analisar a interseções com as competências de Sociologia e se em algum momento do processo de ensino e aprendizagem o professor de Ciências Humanas faz inferência com o Ensino de Sociologia.

Para isso foram selecionados as temáticas de História do 7º ano: “A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano”; do 8º ano: “Lógicas comerciais e mercantis da modernidade”; “O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise; “Os processos de independência nas Américas; O Brasil no século XIX, Configurações do mundo no século XIX”, e, para o 9º ano, “O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX; Totalitarismos e conflitos mundiais; Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”. Enquanto em Geografia: 7º, 8º e 9º, as temáticas abordadas foram: “Conexões e escalas; Mundo do trabalho” (BNCC, 2017).

Essa definição nos leva a analisar as competências específicas das Ciências Humanas e Sociais visto que,

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (Brasil, 2018, p. 8).

Desse modo, a BNCC propõe competências que promovam a práticas diversificadas que suscitem valores e promovam a cidadania e a ética. Contudo, a educação tem papel essencial e insubstituível na promoção de tais valores a partir da oferta de experiências e vivências diretamente relacionadas à transformação social, para que os cidadãos aperfeiçoem a criticidade e participação ativa nas bases de construção da cidadania e ética colaborando para a formação integral do estudante e uma sociedade justa e responsável e solidária.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (Brasil, 2018, p. 8).

Nosso estudo procurou compreender se os professores das disciplinas de História e Geografia promovem uma abordagem interdisciplinar com a Sociologia. Utilizamos um questionário para atingir tal objetivo. Para isso, Severino explica que metodologicamente questionário é o

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas. Podem ser questões fechadas ou questões abertas (Severino, 2013, p. 190).

Esperamos que o questionário nos levasse a compreender se o professor, por meio da interdisciplinaridade, aborda conceitos de Sociologia nas aulas do Ensino Fundamental. Para tal, partimos da ideia de que os assuntos correlacionados sejam abordados, como exemplo: no 7º ano: “Estratificação Social, Relação de Poder, Impactos da Colonização, Sistemas Econômicos”; no 8º ano: “Revoluções e Mudanças Sociais, Movimentos de Independência, Transformações Sociais e Econômicas”; e no 9º ano: “Democracia e Autoritarismo, Movimentos Sociais, Desenvolvimento e Modernização, Direitos Humanos”.

Ao analisar o Currículo de Referência de Minas Gerais (CRMG), examinamos competências específicas do 1º ao 3º ano do Ensino Médio que podem ser estudadas à luz do ensino de Sociologia. Essas competências têm como objetivo estimular os estudantes a se tornarem seres reflexivos, com capacidade de reflexão crítica.

“Para isso, é necessário pensar - estimular a capacidade de raciocínio e julgamento, melhorar a capacidade reflexiva desenvolver as competências do pensar” (Libâneo, 2024, p. 5).

Diante disso, as competências apresentadas a seguir têm como objetivo impulsionar o desenvolvimento cognitivo dos estudantes e aprimorar seu pensamento teórico.

O que está em questão é como o ensino pode impulsionar o desenvolvimento das competências cognitivas mediante a formação de conceitos e desenvolvimento do pensamento teórico, e por quais meios os alunos podem melhorar e potencializar sua aprendizagem. Em outras palavras, trata-se de saber o que e como fazer para estimular as capacidades investigadoras dos alunos, ajudando-os a desenvolver competências e habilidades mentais (Libâneo, 2024, p. 6).

As competências de Sociologia do primeiro ano do Ensino Médio estão presentes nos Planos de Curso do Currículo Referência de Minas Gerais.

Competência 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender reposicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica. Competência 2:

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão das relações de poder que determinam as territorialidades e o papel geopolítico dos Estados-nações. Competência 3: Analisar e avaliar criticamente as relações de diferentes grupos, povos e sociedades com a natureza (produção, distribuição e consumo) e seus impactos econômicos e socioambientais, com vistas à proposição de alternativas que respeitem e promovam a consciência, a ética socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional, nacional e global. Competência 4: Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades. Competência 5: Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, respeitando os Direitos Humanos (Minas Gerais, 2018, p. 18).

Tais competências propostas trazem uma reflexão sobre uma abordagem integradora, emancipadora e crítica para facilitar a compreensão da complexidade da vida inerentes ao ser humano que vive e experiencia situações na contemporaneidade em seus diversos níveis.

6. INTERDISCIPLINARIDADE: A RELAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, GEOGRAFIA E SOCIOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NOS ANOS FINAIS

A coleta de dados foi realizada por meio de dois tipos de questionários: um aplicado de forma on-line e o outro, presencial. O questionário on-line foi criado utilizando o *Google Forms*, permitindo maior alcance e rapidez na obtenção de respostas, além de minimizar os custos. Contudo, um desafio inerente a esse formato é a possibilidade de os respondentes não compreenderem completamente as perguntas, o que pode introduzir um viés nas respostas. Para diminuir esse risco e validar as respostas obtidas de forma on-line, um questionário presencial foi aplicado durante um estudo de observação, proporcionando uma oportunidade para esclarecer dúvidas diretamente com os participantes.

A escola selecionada para aplicação do questionário pertence à rede Estadual de Minas Gerais, situada na cidade de Uberlândia, de área urbana. Para isso, foi necessário pensar em uma escola que estimula a capacidade de raciocínio e julgamento, melhora a capacidade reflexiva e, por isso, a escolha dessa escola se deve por conta da modalidade de ensino oferecida, visto que a oferta é apenas do Ensino Fundamental, tanto nos anos iniciais, como finais. A LDB rege em seu artigo 32 que “O Ensino Fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade”. O Ensino Fundamental – anos finais –, é o objeto de nosso estudo e, por isso, é os professores das áreas de humanas foram convidados a participar da pesquisa.

Os anos finais do Ensino Fundamental dessa escola são ofertados apenas no período da manhã, com oito turmas perfazendo o total de: duas turmas de sextos anos, duas de sétimos, duas de oitavos e duas de nonos anos, totalizando um universo de 13 professores sendo que quatro são das ciências humanas, desses, dois ministram aulas de Geografia e dois de História. Foram convidados os professores de ciências humanas para participarem da pesquisa e não houve recusa de nenhum dos participantes.

O questionário aplicado composto por questões abertas e fechadas, buscou captar percepções dos participantes sobre a incorporação de Sociologia em suas práticas pedagógicas. Para Saviani, “o professor é, antes de tudo, um educador, isto é, formador de homens. Esta verdade simples que está na raiz da atividade” (Saviani, 1996, p. 71).

No total, quatro professores da área de humanas participaram da pesquisa, com idade média de 34,5 anos. Por meio da pergunta: você acredita que uma boa base no Ensino Fundamental facilita a aprendizagem dos conteúdos do Ensino Médio? Com as respostas foi

possível verificar que, em sua totalidade, os participantes da pesquisa concordam que o Ensino Fundamental é uma base crucial para o Ensino Médio.

Nesse sentido foram registradas as seguintes respostas:

PARTICIPANTE 1. Sim, uma boa base no Ensino Fundamental é crucial para facilitar a aprendizagem no Ensino Médio, quanto à formação de fundamentos sólidos em disciplinas essenciais ao desenvolvimento de habilidades de estudo, leitura e escrita, e ao fortalecimento do pensamento crítico.

PARTICIPANTE 2: Através dos conceitos apreendidos no Ensino Fundamental é possível aprofundar no Ensino Médio.

Em relação a formação acadêmica dos participantes da pesquisa, podemos inferir que todos os participantes responderam possuem graduação presencial pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Sobre cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, os dados demonstram que 50% dos professores possuem mestrado ou especialização com, no mínimo, 360 horas concluídas; 50% estão cursando uma pós-graduação. Além disso, 25% dos participantes participaram do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) que nos levar a compressão que durante a sua formação os professores tiveram contato com o ambiente escolar além do estágio obrigatório.

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da Educação Básica pública brasileira (Brasil, 2014)

Sobre o tempo que esses profissionais atuam na docência, verificamos que a média de tempo de atuação dos professores na Educação Básica é de 7 anos e 11 meses. E quanto ao tempo em que atuam nessa rede de ensino, verificamos o período que estão na rede Estadual de Minas Gerais e o resultado é uma média de 5,5 anos trabalhados na rede, além disso 50% dos professores são efetivos, enquanto os outros 50% são convocados/contratados.

Referente ao tempo de atuação na escola pesquisada, 50% dos professores têm menos de um ano de experiência na instituição, 25% têm mais de dois anos, e 25% mais de três anos e todos eles trabalham apenas no turno da manhã. Sobre à carga horária, 50% dos professores possuem cargo incompleto e os outros 50% possuem cargo completo. Especificamente, 25% lecionam 16 aulas semanais, enquanto outros 25% lecionam 18 aulas semanais, além de que na totalidade das respostas ficou evidente que os professores gastam menos de 30 minutos

para chegar ao trabalho, o que pode indicar uma proximidade geográfica favorável entre residência e local de atuação.

Outra indagação formulada no questionário foi se os professores trabalhavam também na rede municipal de educação de Uberlândia e obtivemos as seguintes respostas: 75% dos professores não atuam, enquanto 25% têm vínculo com a referida rede.

Ambas as disciplinas, História e Geografia estão integrada com o currículo de referência de Minas Gerais elaborado em conjunto com a Secretaria do Estado de Minas Gerias – SEE e UDIEME – MG e implantado desde 2020, no qual foi fundamentado por meio da BNCC.

Portanto espera-se que elas integrem o campo teórico das Ciências Humanas, juntamente com a História e a Geografia.

Trabalhos multidisciplinares e interdisciplinares não chegam a ser novidade, principalmente entre disciplinas irmãs como as consideradas. Pensar questões de sociedade, humanidade, população, demografia, espaço, cultura, território, política e geopolítica, meio ambientes, produção, indústria, questão agrária, urbanização, comércio e outros, sempre foram objetivos de estudo de ambas. Muitos geógrafos e sociólogos já refletiram sobre grandes temáticas, inter cruzando conceitos e teorias de ambas as áreas (Frozza; Paz, 2023, p. 51-52).

Quando indagados sobre a utilização dos conceitos de Sociologia os dados coletados nos mostra que: 50% dos professores afirmam utilizar os conceitos de Sociologia com frequência em suas aulas, 25% ocasionalmente e 25% em quase todas as aulas, portanto isso nos permite a inferir que a hipótese levantada sobre a utilização dos conceitos de Sociologia pode corroborada, e isso nos conduz que os professores que utilizam os conceitos de Sociologia, 25% o fazem por meio de debates e 25% utilizando livros e os outros 50% dos mencionaram utilizar “vídeos e artigos seguidos de exposição oral, rodas de conversa, produção de mídias, oficinas, entre outros” como recursos didáticos.

Na contexto pratico os conceitos de Sociologia abordados pelos professores demonstraram que 100% utilizam os conceitos de cultura e identidade, 75% dos utilizam os temas de estratificação social e movimentos sociais e 50% abordam o tema de instituições sociais, ademais, todos os participantes acreditam que a integração de conceitos sociológicos enriquece o ensino de História e Geografia, promovendo uma compreensão mais ampla e crítica dos conteúdos e das realidades sociais discutidas em sala de aula.

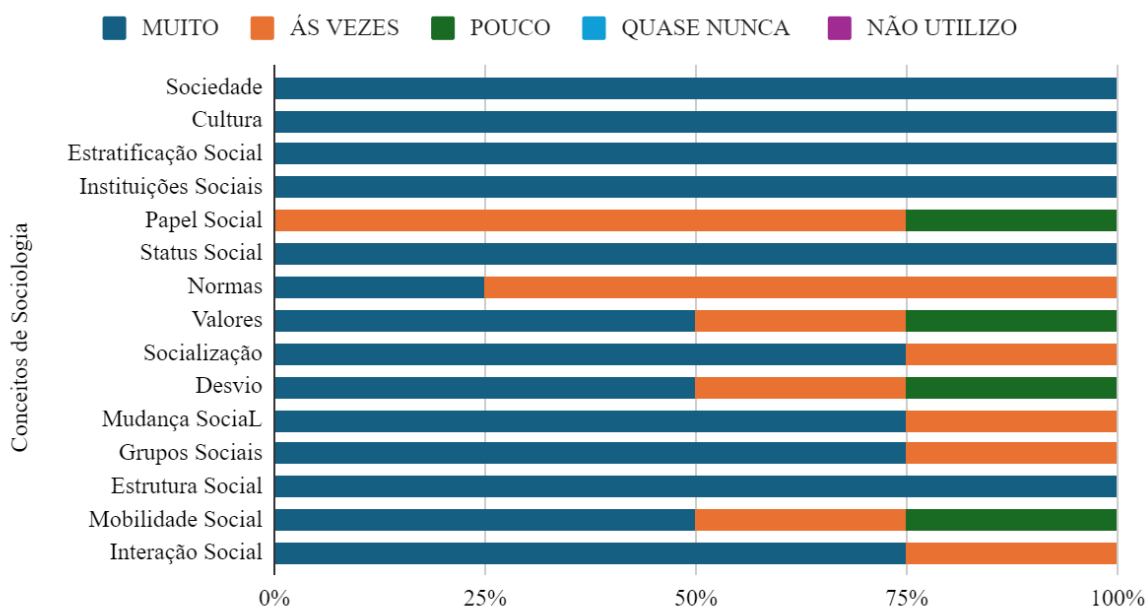
Diante das respostas dos participantes, observou-se que os conteúdos mais próximos dos conceitos de Sociologia abordados nas aulas foram os de História Moderna e Contemporânea, Geografia Humana, População, Urbanização e Economia, com 75% das respostas e, História Antiga e Medieval, com 25% das respostas.

Um ponto adicional levantado na pesquisa foi sobre o conhecimento que os participantes teriam sobre os conceitos de Sociologia; isso nos levou a pressupor que os conceitos sociológicos integram suas práticas de ensino da seguinte maneira: foi indagado se eles utilizavam esse conceitos com base na escala de resposta: Muito, Às vezes, Pouco, Quase nunca e Não utilizo.

Assim, obtivemos os seguintes dados: 100% das respostas apontaram que os professores utilizam “MUITO” os conceitos de: “Sociedade, Cultura, Estratificação Social, Instituições Sociais, Status Social, Papel Social, Estrutura Social”, já 75% das respostas apontaram que os conceitos de “Socialização, Mudança social e Grupos sociais e integração social” são usados “MUITO”, já 25% das respostas utilizam “AS VEZES” esse conceito: a respeito dos conceitos de valores: “Desvio, Mobilidade social” tivemos pela primeira vez uma mudança nos padrões das respostas, sendo que 50% utilizam MUITO, 25% “AS VEZES” ou “POUCO”, já o conceito de norma 75% utiliza “AS VEZES”, e 25% “MUITO”.

O gráfico a seguir facilita a visualização dos conceitos apresentados.

Utilização de Conceito de Sociologia em Aula



7. CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE AS PRÁTICAS DOCENTES E SOCIOLOGIA NO ENSINO FUNDAMENTAL EM MINAS GERAIS

Neste estudo, ficou evidente que os participantes demonstraram familiaridade com os conceitos sociológicos e os utilizam em suas aulas. A partir dessa análise podemos inferir que os planos de curso e de aulas dos professores que utilizam o currículo de Minas Gerais tendem a priorizar o ensino de determinados conceitos sociológicos. Essa constatação pode ser um reflexo da própria estrutura curricular ou das escolhas pedagógicas dos docentes.

Dessa forma, currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; trata-se da seleção dos conhecimentos historicamente produzidos e construídos e as formas distintas de assimilá-los.

Entretanto, o currículo de referência de Minas Gerais vai além e pressupõe que a escola o utilize como princípio para a construção do Projeto Político Pedagógico.”

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola deverá abarcar as diretrizes e perspectivas da BNCC e do Currículo Referência de Minas Gerais, considerando tais aspectos na definição do perfil, no planejamento das atividades nas escolas e nas suas metas e ações.

Consequentemente, os três documentos: BNCC, Currículo e PPP, serviram como base para a elaboração dos planos de aula.

Esses três documentos (BNCC, Currículo, PPP) devem estar inseridos, direta e indiretamente, no Plano de Aula dos professores, permitindo que todo o arcabouço legal, conceitual e material discutido possa se efetivar em sala de aula, ou fora dela, no processo de ensino e aprendizagem com os estudantes (Minas Gerais, 2018, p. 13).

Isso nos leva a considerar que os planos de aulas dos docentes devem seguir as diretrizes dos três documentos, permitindo que cada escola adapte as propostas às suas particularidades.

Espera-se que a BNCC, o Currículo Referência de Minas Gerais e o PPP de cada escola indiquem caminhos para que aulas sejam pensadas, planejadas e executadas a partir das premissas do trabalho em grupo, da convivência com as diferenças, da superação dos obstáculos e do exercício pleno da autonomia, garantindo como na imagem a seguir a correlação do currículo com o trabalho pedagógico da escola e seu corpo docente (Minas Gerais, 2018, p. 13)

Diante de todas essas informações, podemos inferir que a prática docente dos professores de Ciências Humanas da escola pesquisada tem uma convergência com os conceitos de Sociologia. Isso nos permite deduzir que na escola pesquisada, no universo dos professores pesquisados, 50% deles utilizam os conceitos de Sociologia com certa regularidade. Além disso, todos os participantes da pesquisa utilizam, de certa maneira, conceitos como cultura e

identidade em suas aulas. Isso nos propõe a percepção de que há um claro compromisso com a formação cultural dos estudantes do Ensino Fundamental - Anos Finais. Assim podemos concluir que a hipótese de conceitos de Sociologia, que fazem parte da vivência humana, é tratada no Ensino Fundamental. Portanto, acreditamos que esse estudante, ao chegar ao Ensino Médio, já terá tido contato, mesmo que de forma superficial, com conceitos sociológicos.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).** Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em: 12 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Sociologia:** Ensino Médio. Brasília: MEC, 2010.

CIGALES, Marcelo Pinheiro; ARRIADA, Eduardo. **Algumas considerações sobre o ensino da Sociologia na educação brasileira 1882-1942.** 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/perspectivas/article/view/5130>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FERREIRA, Vinicius Hartmann; PETRÓ, Vanessa; EICH, Luís Guilherme. **Um objeto de aprendizagem para a disciplina de Sociologia no Ensino Médio.** Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/57598>. Acesso em: 15 abr. 2023.

FROZZA, Miguel de Oliveira; PAZ, Otacílio Lopes de Souza. Ensino de Geografia e Sociologia: a interdisciplinaridade na Base Nacional Comum Curricular e no Referencial Curricular Gaúcho. **Revista de Educação**, v. 12, n. 39, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2631>. Acesso em: 12 maio 2024.

GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. Ensino de Sociologia no nível médio: de um passado intermitente à necessidade de reconhecimento presente. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, v. 19, n. 1, jan./jun. 2012, p. 81-92. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/14904/8402/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

LIBÂNEO, José Carlos. A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a Teoria Histórico-cultural da Atividade e a contribuição de Vasili Davydov. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 5-24, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/345X7J8XBGDWWCYJF4XW9PY/?lang=pt>. Acesso em: 12 maio 2024.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Referência de Minas Gerais:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Belo Horizonte: SEE/MG, 2018.

OLIVEIRA, Amurabi. **Trajetórias e práticas pedagógicas entre professores de Sociologia.** Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/23887>. Acesso em: 10 maio 2023.

OLIVEIRA, Amurabi; CIGALES, Marcelo Pinheiro. **O ensino de Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017.** Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46060>. Acesso em: 10 maio 2023.

OLIVEIRA, Amurabi; PEREYRA, Diego. **Introdução ao dossiê: Sociologia e educação.** Sociologia e educação. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/43973/31518>. Acesso em: 10 maio 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. *In*: MORAES, Amaury César (Coord.). 2010. Coleção explorando o ensino. **Sociologia: Ensino Médio.** v. 15. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7843-2011-Sociologia-capa-pdf&category_slug=abril-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 11 abr. 2020.

SOUSA, Fernando Ponte (Org.). **Sociologia: conhecimento e ensino.** 2012. Disponível em: https://editoriaemdebate.ufsc.br/catalogo/wp-content/uploads/SOCIOLOGIA_CONHECIMENTO_ENSINO.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

WIECZORKIEWICZ, Alessandra Krauss. **A Sociologia no Ensino Médio: uma análise histórica de suas idas e vindas no currículo escolar brasileiro.** Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/29/a-Sociologia-no-ensino-medio-uma-analise-historica-de-suas-idas-e-vindas-no-curriculo-escolar-brasileiro>. Acesso em: 07 ago. 2023.